

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro diz a usineiros que criará cota para etanol	2
Título: Renova retoma projeto e avança na recuperação judicial	3
Título: CVM remarca casos de Petrobras	5
Título: Curtas	6
Título: Justiça nega urgência em ação contra a Vale	6
Título: Raízen Energia negocia compra da Biosev	7
Título: BBCE cria braço de autorregulação.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Alimentos sobem 4,91% no ano, enquanto IPCA avança apenas 0,70%.....	10
Título: Em extinção, 4.000 araucárias darão lugar a torres de energia no PR	12
Título: Na ‘terra de Mourão’, garimpo ilegal atua no AM sob vista grossa do Exército	14
Título: Mineradoras contaminam água na TI Kayapó	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/09/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Por Daniel Rittner e Rafael Walendorff — De Brasília****Título: Bolsonaro diz a usineiros que criará cota para etanol****Intenção é permitir a entrada de 187,5 milhões de litros no mercado brasileiro sem tarifa até dezembro**

O presidente da República, Jair Bolsonaro, comunicou a representantes do segmento sucroalcooleiro que pretende criar uma cota de importação de etanol com tarifa zero por 90 dias. A intenção é permitir a entrada de 187,5 milhões de litros no mercado brasileiro até dezembro, medida que beneficiaria principalmente os Estados Unidos do aliado político Donald Trump.

A informação ainda não foi divulgada publicamente porque uma parte do governo ainda tem esperanças de reverter a decisão. Ontem foi realizada mais uma reunião entre o presidente e os ministros Paulo Guedes (Economia), Tereza Cristina (Agricultura) e **Bento Albuquerque (Minas e Energia)** no Palácio do Planalto para discutir o assunto. O Ministério da Agricultura informou que as negociações prosseguem.

O setor produtivo reforça que nada está definido. Uma parte do segmento diz que já existe o encaminhamento para um entendimento, mas outros representantes avaliam que a medida seria um “grande sacrifício”.

Duas demandas colocadas ao governo brasileiro permanecem sem respostas. A primeira é saber se a proposta atual atende aos interesses americanos ou se será mais uma prorrogação frustrada.

“Aguardamos uma sinalização do que os americanos querem e do que é razoável para negociar. Tem que combinar com eles primeiro”, disse uma fonte ainda descrente de um desfecho favorável ao Brasil. “Não acreditamos que em 90 dias o chanceler Ernesto Araújo consiga trazer uma proposta americana com relação à ampliação da cota para exportação de açúcar”. Para outra fonte, “qualquer cota seria um sacrifício para o setor”.

A outra demanda de produtores e usinas, na verdade, é o reforço de um pedido feito à equipe econômica há um ano para rever distorções tributárias na importação do etanol. As distribuidoras de combustíveis do Brasil recebem créditos referentes ao PIS e Cofins de 11,25% nas compras de fora do país, diferentemente dos negócios internos, o que prejudica o setor nacional quando há paridade de preços.

“Não queremos compensação tributária, mas que a regra seja igual. O governo está privilegiando as importações e perdendo duas vezes, pois gera concorrência desleal e abre mão de receita”, reclama uma fonte do setor privado. “Não fomos atendidos em nada até hoje, mas estamos prontos para ouvir”, concluiu.

Um participante da reunião com Bolsonaro esta semana contou que o presidente está “angustiado” com a situação, pois entende os apelos dos produtores brasileiros. Ao mesmo tempo, o presidente teria “pedido” para o setor “ceder” por mais três meses. “É uma saída política que não atrapalha Bolsonaro com Trump nem com o setor, porque não deve haver enxurrada de etanol aqui no país”, disse outra fonte. **(Colaborou Camila Souza Ramos)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Renova retoma projeto e avança na recuperação judicial

A Renova Energia conseguiu avançar com um ponto crucial do seu plano de recuperação judicial: a retomada das obras do complexo eólico Alto Sertão III, ativo que gerará caixa para que a companhia possa quitar a dívida junto a credores.

Na sexta-feira, o conselho de administração da Renova aceitou a oferta da Quadra Gestão de Recursos para um financiamento de R\$ 350 milhões, na modalidade DIP (debtor-in-possession). Esse tipo de empréstimo permite que a empresa mantenha o controle do projeto, e, em contrapartida, os financiadores ganham prioridade na frente da fila de credores.

Ao **Valor**, o diretor-presidente da Renova Energia, Marcelo Milliet, explicou que o DIP funcionará como um “bridge loan” (empréstimo-ponte, de curto prazo), até que a companhia consiga iniciar o pagamento das dívidas com a geração de caixa de Alto Sertão III. Também permite que a empresa negocie com mais calma a venda da participação na Brasil PCH, outro pilar do plano de recuperação judicial.

“[Esse financiamento] destrava a retomada, coloca a empresa em outro rumo”, diz o executivo, que é diretor da Íntegra, consultoria que presta assessoria financeira e estratégica à Renova. Milliet está como presidente interino da geradora de energia e ficará no cargo até que a recuperação judicial seja encerrada.

A Renova Energia entrou em recuperação judicial em outubro do ano passado, com dívidas de R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 1,6 bilhão com terceiros. Desde que assumiu a empresa, em novembro, a gestão interina saiu em busca de DIPs e vinha sendo procurada por fundos interessados em aportar recursos. A companhia chegou a ter oito fundos e bancos propondo esse tipo de financiamento.

A demora para fechar a operação se deu mais pelo ajuste da estrutura de garantias do que por uma diferença de custos entre as propostas, diz Milliet. “Praticamente todos os ativos do grupo já estão dados em garantia. Tivemos que convencer credores a abrir mão temporariamente de suas garantias para poder colocar o DIP no meio do caminho”.

A operação junto à Quadra tem prazo para pagamento de nove anos, com um ano de carência, e taxa de 15% ao ano (pré-fixada).

Com o financiamento, a expectativa é que parte de Alto Sertão III esteja operacional num prazo de 6 a 9 meses. Localizado em Caetité (BA), o projeto tem capacidade de 432 megawatts (MW) e está 85% concluído - as obras estão paralisadas há três anos, por falta de recursos. “Para terminar o projeto todo, devemos levar 18, 19 meses. Mas em seis meses, 25% do parque já deverá gerar recursos”, explica o presidente. Quando estiver em plena capacidade, o complexo deve gerar R\$ 250 milhões de Ebitda por ano.

Fundada em 2001, a Renova Energia foi uma das pioneiras em geração de energia renovável no Brasil. A recuperação judicial é mais um capítulo de uma crise que se instalou na empresa nos últimos anos, e que tinha como luz no fim do túnel a negociação de venda de Alto Sertão III junto à AES Tietê. As negociações fracassaram num momento crucial, o que levou ao pedido de recuperação judicial. Atualmente, o bloco de controle da companhia é formado pela Cemig e pelo fundo CG I, dos sócios fundadores - a Light vendeu sua participação para o CG I no ano passado, quando a crise na Renova se agravou.

A pedido dos credores de Alto Sertão III, principalmente BNDES, a companhia desmembrou o plano de recuperação judicial. Agora, existe um plano específico para Alto Sertão III e outro para os demais ativos do grupo Renova. “Mas os planos se comunicam, o fluxo de recursos de Alto Sertão III serve para ambos.”

Segundo Milliet, a companhia tem tido apoio dos bancos nos pilares do plano de recuperação judicial, que está baseado na venda de ativos, alongamento dos vencimentos de empréstimos e possibilidade de conversão de dívida em ações da companhia. “Os principais conceitos já estão alinhados. Nossa expectativa é realizar a assembleia geral de credores no mês de outubro”.

A empresa propõe a quitação da dívida em 12 anos, com um período de carência de dois anos. Outro pilar é a venda de ativos, como a fatia de 51% na Brasil PCH, avaliada em R\$ 1 bilhão. Também está na lista para alienação a “fase B” de Alto Sertão III, empreendimento distinto do que receberá recursos agora e que só tem obras civis iniciadas. No caso do projeto eólico, a companhia já tem com uma proposta vinculante da Prisma Capital.

Embora já estejam em negociação, as vendas só devem acontecer após a aprovação do plano de recuperação judicial. A expectativa é que as operações sejam fechadas em um prazo de nove meses.

“Provavelmente vamos sair do negócio de PCHs. A estratégia está migrando para energia eólica e solar”, afirma o presidente. A fonte solar tem pouca participação no portfólio atual da Renova, mas a empresa pretende tornar híbridos seus parques eólicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2020

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol — Do Rio

Título: CVM remarca casos de Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) marcou para 3 e 4 de novembro a retomada de cinco julgamentos envolvendo ex-diretores e conselheiros da Petrobras. Os casos começaram a ser analisados no fim de agosto, mas nenhum deles foi concluído. Na ocasião, os diretores Gustavo Gonzalez e Flávia Perlingeiro pediram vista dos processos.

Os casos investigaram a conduta dos administradores e conselheiros da Petrobras na construção da refinaria Abreu e Lima e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), nos governos Lula e Dilma. Além disso, são analisadas a realização, ou não, de testes de recuperabilidade dos ativos, que poderiam levar a baixas contábeis (“impairment”) e a atuação dos auditores na elaboração das demonstrações financeiras de 2010 a 2014.

Entre os acusados estão a ex-presidente Dilma Rousseff, os ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci, que participaram do conselho da estatal. Toda a diretoria da Petrobras à época, incluindo os ex-presidentes José Sérgio Gabrielli e Maria das Graças Foster também estão no rol de acusados.

O relator dos cinco processos sancionadores foi o diretor Henrique Machado. Em seus votos, ele acatou parte dos argumentos da área técnica, impondo o pagamento de multas a parte dos acusados e absolvendo outros.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/09/2020**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas**Produção da Dommo**

A produção de óleo no Campo de Tubarão Martelo (TBMT) em agosto chegou a 252.981 barris de petróleo, segundo dados divulgados ontem pela Dommo Energia. A produção referente aos 20% de participação da companhia na operação equivale a 50.596 barris. Segundo a empresa, o aumento na produção se deve ao início da operação do quinto poço do campo. Em julho, a produção foi de 219.751 barris. O preço de referência mais recente fixado pela ANP é de US\$ 37,08 o barril.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 10/09/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Francisco Góes — Do Rio**Título:** Justiça nega urgência em ação contra a Vale**Ação civil pública do Ministério Público Federal busca garantir, via liminar, intervenção judicial na mineradora**

A Justiça Federal em Belo Horizonte negou pedido de urgência feito pelo Ministério Público Federal em ação civil pública com o objetivo de garantir, via liminar, uma intervenção judicial na Vale. A decisão da 14ª Vara Federal Cível da Justiça Federal em Minas Gerais foi de transferir o pedido de tutela de urgência, feito pelo MPF, para momento posterior à fase de apresentação de defesa pelas rés.

Na ação proposta pelo MPF, aparecem como rés, além da Vale, a Agência Nacional de Mineração (ANM) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na decisão, o juízo da 14ª Vara justificou a razão de não se aplicarem as medidas de urgência requeridas pelo MPF na ação: “[...]sendo medida excepcional, sua concessão em momento anterior à formação do contraditório, garantindo-se às rés a ampla defesa, somente é viável em situações nas quais se verifique, de plano, a possibilidade de ineficácia do resultado final que se busca alcançar com a ação ou, ainda, a iminente lesão ao direito que, em tese, se busca salvaguardar, hipóteses que não se enquadram no caso dos autos.”

A intervenção federal na Vale foi ajuizada na semana passada pelo MPF. Na visão de procuradores da Força-Tarefa de Brumadinho no MPF, a ação busca evitar outros possíveis danos ambientais e sociais causados pela empresa. A Vale contestou os argumentos ao afirmar que implementou mudanças ao longo dos últimos 18 meses para fortalecer ainda mais a segurança de seus processos operacionais e de gestão de suas barragens.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/09/2020

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Raízen Energia negocia compra da Biosev

Maior produtora de açúcar e etanol do Brasil, a Raízen Energia, joint venture entre Shell e Cosan, está em negociações para comprar a Biosev, controlada pela múlti francesa Louis Dreyfus Company (LDC) e uma das quatro maiores empresas do segmento no país. A notícia foi antecipada pela agência Bloomberg e confirmada pelas duas companhias.

O mercado, inicialmente, aprovou. Na B3, os papéis da Cosan fecharam em alta de 3,01%, a R\$ 78,31, e na bolsa de Nova York as ações da Cosan Limited, controladora da Cosan, fecharam em US\$ 17,54, com avanço de 5,73%. Já os papéis da Biosev na B3, que têm pouca liquidez, subiram 21,99% e fecharam em R\$ 5,16, maior nível desde 19 de fevereiro.

Segundo a Bloomberg, está em negociação uma transação baseada em troca de ações. Para se concretizar, a Biosev teria que reestruturar sua dívida de R\$ 7,3 bilhões. A operação envolveria o pagamento de parte da dívida pela LDC e alongamento dos prazos pelos bancos - como já ocorreu no passado recente.

As conversas entre Raízen e Biosev já vem ocorrendo há alguns meses, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. A negociação se tornou mais factível diante dos planos da Cosan de abrir o capital da Raízen, o que pode capitalizar o braço sucroalcooleiro para uma aquisição desse porte.

Em comunicados ao mercado divulgados por volta das 21h00, Raízen e Biosev confirmaram que têm mantido “tratativas preliminares (...) que poderão, eventualmente, resultar em uma combinação de seus negócios”. A Biosev acrescentou que iniciou “discussões com certos bancos credores sobre possível readequação de parte de seu endividamento”. Ambas ressaltaram que, não há nenhum acordo fechado nem proposta vinculante.

O negócio reuniria na mão de um único player quase 15% da moagem de cana-de-açúcar do Centro-Sul, conforme dados da safra passada (2019/20). Naquele

ciclo, as duas companhias moeram, juntas, 87 milhões de toneladas, praticamente o mesmo volume processado por todas as usinas associadas à Copersucar.

Em capacidade instalada, uma empresa resultante da negociação entre Raízen, que possui 26 usinas, e Biosev que tem 8 unidades e um terminal no porto de Santos, teria potencial para processar até 104,6 milhões de toneladas de cana, pouco menos de um quinto do total no Centro-Sul do país.

Apesar do gigantismo, agentes de mercado não acreditam que a aquisição dará poder de fogo maior para a Raízen nas negociações de seus produtos. A vantagem, avaliam, seria na gestão dos canaviais, com potencial redução de preços de arrendamento de terras e de matéria-prima de fornecedores.

Se o negócio avançar, não será a primeira vez que a Biosev terá que acordar com os credores novos termos para seu endividamento. Em 2018, a LDC aportou US\$ 1 bilhão na sucroalcooleira para destravar uma renegociação de R\$ 3,66 bilhões em dívidas. Na época, os bancos deram três anos de carência para que a empresa pagasse o principal - que vence no próximo ano.

Na safra passada, a companhia deixou de cumprir com condições contratuais (covenants) com os bancos, como nível de alavancagem, mas as instituições financeiras concederam waiver. Ainda assim, como o prazo para o pagamento de principal está se aproximando e o aperto financeiro continua, a Biosev, que terminou o ciclo 2019/20 com dívida líquida de R\$ 6,1 bilhões, voltou a conversar com bancos.

Nos últimos anos, a Biosev já começou a tomar algumas medidas para reduzir seu custo operacional, incluindo a venda das duas usinas no Nordeste por um valor total de R\$ 287,9 milhões. Porém, a escalada do dólar neste ano pressionou especialmente seu custo financeiro, já que 90% de seu endividamento no fim de março estava em dólar.

A transação com seu negócio suroalcooleiro também pode oferecer um alívio para a LDC, que vem enfrentando resultados fracos nos últimos anos com a guerra comercial entre Estados Unidos e China.

A própria controladora, Margarita Louis-Dreyfus, que tomou emprestado US\$ 1 bilhão do Credit Suisse para comprar a participação de familiares no negócio, agora tenta negociar com o fundo soberano de Abu Dhabi ADQ a venda de uma fatia do grupo, após tentar conversar com a Cofco International, da estatal chinesa Cofco.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 10/09/2020****Seção: Finanças****Autor: Juliana Schincariol — Do Rio****Título: BBCE cria braço de autorregulação**

A BBCE (Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia) implementou um braço de autorregulação como uma das condições impostas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para autorizar sua operação de derivativos de energia. Inicialmente as atividades têm sido educativas, mas a área vai monitorar as negociações dos agentes do mercado. E, se verificar infrações, pode encaminhá-las para a autarquia do mercado de capitais ou julgá-las em seu próprio tribunal, a exemplo do que ocorre na BSM, braço de autorregulação da B3.

A área é comandada por Gustavo Abud, que tem passagens por empresas como B3, XP Investimentos e Itaú BBA. Em junho a companhia obteve autorização da CVM para atuar como administradora de mercado organizado de valores mobiliários. A BBCE irá oferecer derivativos para consumidores de energia ou investidores que não precisam da commodity com entrega física. A plataforma deve entrar em funcionamento ainda neste semestre. E também está nos planos da companhia se tornar, no futuro, uma bolsa de comercialização de energia.

“No mercado de balcão organizado, apesar das operações ainda serem bilaterais, elas são realizadas de forma eletrônica, o que traz mais liquidez, transparência e segurança”, disse Carlos Ratto, que lidera a operação. A BBCE vai oferecer contratos mensais ou semanais. E outros produtos podem surgir a partir da demanda do mercado.

A área de supervisão e monitoramento da BBCE formou um comitê independente com três membros, que irá avaliar as atividades e reportá-las à CVM. “A área está de pé e tem feito diálogos constantes com o mercado para entender as necessidades do ponto de vista educacional”, disse Abud.

Segundo ele, o participante vai ajudar a desenvolver a autorregulação. E quanto mais conhecerem o regulamento, mais chances têm de atuar em conformidade com as normas. A área também espera que o próprio mercado aponte os tipos de eventos que poderão ser considerados atípicos.

Passada a primeira fase, a área de autorregulação irá questionar qualquer evento atípico. “É importante remover o espírito de polícia ou xerife. Mas, se for necessário olhar para o mercado e perceber que um participante está

prejudicando, iremos atuar”, afirmou. Abud explicou que será possível utilizar um dispositivo para cancelar determinada operação em que for verificada alguma irregularidade.

“Se conseguirmos mostrar para o participante que aquilo, do ponto de vista da operação, foi atípico, conseguimos cancelar a operação”, disse. Isso pode ocorrer desde que outros participantes não tenham sido prejudicados. Se os eventos se repetirem, a SMM pode abrir um processo sancionador.

Entre as penalidades aplicáveis estão previstas, por exemplo, advertências, suspensões ou multas, que podem ter três variáveis. Uma delas é o valor absoluto máximo de R\$ 500 mil, até três vezes o valor da infração ou até 50% da operação irregular. Outro instrumento que poderá ser utilizado na SMM é o termo de compromisso, que encerra os casos sem assunção de culpa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Alimentos sobem 4,91% no ano, enquanto IPCA avança apenas 0,70%

Inflação de agosto, de 0,24%, é a maior para o mês desde 2016, puxada pelos reajustes da comida e da gasolina, afirma IBGE

Rio de Janeiro - Os preços da gasolina e dos alimentos voltaram a pressionar o IPCA, índice oficial de inflação, que fechou agosto em 0,24%, ante 0,36% no mês anterior. Foi o maior índice para o mês desde 2016, informou nesta quarta (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Ainda assim, a inflação em 12 meses (2,44%) permanece abaixo do piso da meta estipulada pelo Banco Central, de 2,50%, e em linha como esperado pelos analistas (0,23% no mês e 2,42% no ano pela pesquisa da Reuters com analistas e 0,24% e 2,44%, respectivamente, na da Bloomberg).

Por outro lado, lembra o IBGE, a aceleração do preço dos alimentos é mais prejudicial às famílias de baixa renda, que sentem mais as despesas com comida em seu orçamento, principalmente em um momento de elevado desemprego e perda na renda.

É um cenário que vem mobilizando o governo, que anunciou redução das alíquotas de importação para enfrentar a alta nos produtos da cesta básica. O grupo Alimentação e bebidas registrou inflação de 0,78% no mês. No ano, a alta acumulada é de 4,91%, ante 0,70% do IPCA cheio.

A pressão sobre o bolso do brasileiro com menor rendimento é reforçada pelo INPC, índice que mede a inflação desse grupo e subiu 0,45% no mês, a maior alta desde 2012. Nesse indicador, o preço dos alimentos subiu 0,80%.

O gerente da pesquisa do IBGE, Pedro Kislanova, diz que a escalada dos preços se dá por uma série de fatores. O arroz, hoje um dos principais vilões, tem problemas de oferta. Já o óleo de soja está pressionado pela alta do dólar.

Mas é fato que, desde o início da pandemia, quando muitos brasileiros passaram a comer em casa, está cada vez mais caro colocar comida na mesa. A inflação do grupo Alimentação no domicílio foi de 1,15% em agosto. No ano, a alta acumulada é de 6,10%.

“O arroz [3,08% em agosto] acumula alta de 19,25% no ano, e o feijão, dependendo do tipo e da região, já tem inflação acima dos 30%. O feijão-preto, muito consumido no Rio, acumula alta de 28,92% no ano, e o feijão-carioca, de 12,12%”, destacou Kislanov.

O gerente do IBGE disse ainda que a elevada demanda chinesa é outro fator que pressiona os preços, citando como exemplo as carnes, que subiram 3,33% em agosto, após alta de 3,68% em julho.

“De maneira geral, há esse efeito cambial que estimula as exportações”, afirmou.

Preocupado com os efeitos da alta nos preços, o presidente Jair Bolsonaro pediu na semana passada “patriotismo” dos donos de supermercados no país. “Estou pedindo um sacrifício, patriotismo para os grandes donos de supermercados para manter na menor margem de lucro”, disse.

O governo acionou ainda a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) para cobrar de produtores de arroz explicações sobre a alta.

A elevação no preço da cesta básica ocorre em um momento de alto desemprego e perda na renda do trabalhador. No segundo trimestre, a taxa de desemprego atingiu 13,3%, a maior para o período, ainda sem refletir todos os efeitos da pandemia no mercado de trabalho.

A avaliação é reforçada pelo fato de que, após o início da pandemia, o número de pessoas fora da força de trabalho superou o contingente que está trabalhando pela primeira vez na história da pesquisa do IBGE em seu formato atual.

Os economistas do banco Fator José Francisco de Lima Gonçalves e Mariana Major de Oliveira ponderam que os números mostram um choque de preços no atacado, mas que a tendência ainda é de desaceleração da inflação.

“Não se deve, portanto, exagerar na avaliação dos efeitos do choque de preços das commodities. Entendemos que o IPCA prosseguirá na trajetória benigna que vem mostrando nos últimos anos e que abriu espaço para a queda nos juros”, escreveram em relatório.

Assim como nos dois meses anteriores, o maior impacto sobre a inflação veio da gasolina, que subiu 3,22% em agosto, respondendo a reajustes promovidos pela Petrobras.

A pressão altista foi suavizada pela queda no custo da educação, que caiu 3,47% puxada pelos descontos dados em cursos regulares (-0,21%) após o início da pandemia.

Trata-se de um impacto pontual também, já que a coleta desse item não é feita todos os meses e deixou de ser feita em março, empurrando para agosto a comparação com o período pré-pandemia. Sem isso, a inflação teria sido de 0,48%, disse Kislanov.

O IBGE vem detectando pressão também sobre os preços dos materiais de construção, como o tijolo (9,32%) e o cimento (5,42%), que já haviam subido em julho (4,13% e 4,04%, respectivamente).

Com demanda aquecida e apoio do auxílio emergencial, o comércio desses produtos já recuperou o nível pré-crise.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2020

Seção: Especial

Autor:

Título: Em extinção, 4.000 araucárias darão lugar a torres de energia no PR

Área equivalente a mais de 220 campos de futebol de vegetação nativa, incluindo 4.000 araucárias, árvore símbolo do Paraná e ameaçada de extinção, está sendo derrubada para a passagem de torres de transmissão de energia elétrica pelo estado.

O projeto prevê 1.000 km de linhas cortando 24 municípios e ainda passa pela Escarpa Devoniana, formação protegida do território paranaense.

A obra, em fase inicial, é conduzida pela Engie, multinacional francesa que venceu o leilão de 2017 da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para reforçar o sistema energético do país. Segundo a empresa, o projeto, intitulado Gralha Azul (ave símbolo do Paraná e uma das espécies dispersoras do pinhão), movimentar R\$ 2 bilhões e gerar 4.000 empregos diretos.

Mas entidades de proteção ambiental apontam supostas irregularidades nas licenças.

A denúncia aos promotores foi feita pelo Observatório Justiça e Conservação (OJC), que aponta falta de transparência no processo de concessão e incoerências nos levantamentos apresentados pela Engie, segundo análise feita pela Universidade Federal do Paraná.

Para especialistas, os pedidos da empresa aos órgãos responsáveis pelas autorizações, principalmente o IAT (Instituto Água e Terra), desconsideram vários impactos. Eles teriam sido feitos “para cumprir tabela”, na visão de Eduardo Vedor, doutor em geografia e um dos que firmam o estudo.

A Engie nega as acusações e destaca que tem todas as licenças para continuar trabalhando. O projeto deve ser finalizado em cerca de um ano.

O traçado das linhas é um dos questionamentos dos ambientalistas. A empresa teria evitado passar por terrenos privados, que demandariam indenização a proprietários.

O projeto atinge a área em que o engenheiro florestal Leandro Schepiura pratica o re-florestamento, em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba. Em maio, ele gravou em vídeo sua indignação. “Ver a derrubada de espécie altamente ameaçada dá o sentido contrário, o de que o que resta é continuar depredando e derrubando tudo”.

No PR, resta menos de 0,8% de área contígua e conservada de araucárias, associadas ao bioma mata atlântica. A espécie cobria 200 mil km². O estado abriga o Parque Nacional dos Campos Gerais, maior floresta de araucárias protegida no mundo.

Outra área impactada é a do turismo. O estudo da UFPR diz que o cenário paisagístico pode ficar comprometido.

Os ambientalistas afirmam ainda que, pela extensão de vegetação a ser derrubada, o Ibama deveria ter sido consultado, o que não teria ocorrido.

Em nota, o IAT afirmou que, como a obra não ultrapassa os limites do PR, o licenciamento ambiental compete ao órgão e que os estudos necessários foram

apresentados pela empresa e tiveram a anuência do instituto. O Ibama não respondeu aos contatos da Folha até a conclusão desta edição.

Para os ambientalistas, houve negligência na análise de impactos no patrimônio arqueológico e das comunidades do local. O Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sem detalhar planos de preservação, disse que os sítios arqueológicos sob impacto direto estão sendo resgatados e os atingidos indiretamente, cadastrados, sinalizados e protegidos.

Quanto às comunidades, a Fundação Palmares disse que o processo de licenciamento das torres atendeu aos trâmites legais do órgão e que os planos de mitigação foram “colaborativamente elaborados pelas comunidades” quilombolas.

“Batizar esse projeto de Gralha Azul é afronta ao povo do Paraná. Esse obscurantismo dos governos é o verdadeiro ‘passando a boiada’”, disse o diretor-executivo do OJC, Giem Guimarães, citando a frase do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

O MP tenta esclarecer os pontos questionados junto à empresa, mas não exclui uma ação. Para o promotor Alexandre Gaio, o edital da Aneel não destacou as particularidades da área. Procurada, a agência disse que respondeu ao MP, mas não disponibilizou a informação. Já a Engie diz que 7% da área atingida tem araucárias — cerca de 15 campos de futebol.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2020

Seção: Especial

Autor: Fabiano Maisonnave e Lalo de Almeida

Título: Na ‘terra de Mourão’, garimpo ilegal atua no AM sob vista grossa do Exército

Operação Verde Brasil 2 envia informações contraditórias sobre o combate à atividade na região

Apesar de a espessa fumaça dos incêndios florestais atrapalhar a visão, não há como perder a cena: diante da orla de Humaitá, no sul do Amazonas, dezenas de balsas de garimpo de ouro operam ilegalmente no rio Madeira, 24h por dia.

A atividade ocorre a algumas centenas de metros do 54º Batalhão de Infantaria de Selva do Exército, uma das unidades participantes da Operação Verde Brasil 2, iniciativa do governo Jair Bolsonaro de combate a crimes ambientais na Amazônia.

Com uma longa tradição de garimpo e um histórico de resistência violenta à fiscalização, Humaitá, a 700 km de Manaus, guarda outra particularidade. Trata-se da terra natal da família paterna do vice-presidente, o general do Exército Hamilton Mourão, responsável pela Verde Brasil 2.

A repressão ao garimpo já provocou reações fortes. Em outubro de 2017, os escritórios e os veículos do Ibama e do ICMBio na cidade foram incendiados por garimpeiros revoltados com uma operação que destruiu balsas.

Quase três anos depois, os órgãos continuam fechados. A sede do Ibama está tomada pelo mato, enquanto o ICMBio apenas reformou o prédio do seu escritório, que era alugado.

Livres dos órgãos ambientais federais e sem a intervenção do Exército, ao menos 70 balsas extraíam ouro no trecho do Madeira que corta Humaitá no final de agosto, quando a reportagem esteve na região. Por se tratar de um rio interestadual, a fiscalização é do governo federal.

A atividade de garimpo no Madeira dura cerca de quatro meses, durante o período de seca. Moradores da cidade dizem que a presença de balsas aumentou neste ano, em meio à subida do preço do ouro e à ausência de fiscalização.

No final de junho, a Operação Verde Brasil 2 lacrou algumas balsas, de acordo com relatos da imprensa local. O operativo, porém, não teve impacto maior, e a atividade foi logo retomada. Depois, apenas a Marinha aparece para retirar as balsas do canal de navegação, sem impedir a extração do ouro, dizem os garimpeiros.

Nesta terça-feira (8), o Exército enviou à reportagem duas notas com números divergentes sobre o combate ao garimpo. Um balanço da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Porto Velho, afirma que, em quatro meses, foram apreendidas apenas seis balsas de garimpo na região, que inclui Rondônia, Acre e o sul do Amazonas. Não há detalhes de datas ou locais.

Já uma resposta enviada pelo Comando Militar da Amazônia informou que a mesma operação apreendeu 93 dragas (balsas) de garimpo, das quais 27 entre os dias 3 e 5 de setembro. A localização das balsas tampouco foi informada.

Em ambos os balanços, não há relato de ouro apreendido.

Rudimentares, as balsas de estrutura de madeira e teto de palha usam uma mangueira para aspirar o fundo do rio. A água enlameada escorre por um tapete, que retém o pó fino de ouro, e volta para o rio.

Esse movimento provoca o surgimento dos “arrotos” acúmulos de sedimento que dificultam a navegação e seriam responsáveis pela erosão das margens. Há várias dessas ilhotas no trecho do rio que atravessa Humaitá.

Dentro da balsa, o forte barulho do motor, que expelle um cheiro de óleo diesel, obriga a conversar aos gritos. Para separar o ouro, os garimpeiros usam mercúrio. A queima é feita dentro do cadinho, um equipamento parecido a uma pequena panela que consegue reter a maior parte do metal líquido, guardado para reutilização.

Diferentemente do que ocorre em outras partes da Amazônia, o garimpo tem empregado principalmente ribeirinhos da própria região. É o caso de Elanjo de Souza, 39, funcionário de uma das balsas perto de Humaitá junto de dois filhos adolescentes.

“Aqui em Humaitá, está todo mundo liso”, diz Souza. “A época do garimpo é quando corre o dinheiro na cidade”

Com os bicos na cidade, ele ganha no máximo R\$ 500 por semana. No garimpo, varia de R\$ 1.000 a R\$ 3.000 semanais.

Os garimpeiros afirmam que cada uma das balsas está produzindo de 50 a 70 gramas de ouro por semana. Quando a produção cai para baixo de 40 gramas, já é hora de procurar outro lugar.

Analfabeto, Souza também pescava e plantava, mas abandonou essas atividades três anos atrás. Ele afirma que os peixes sumiram e as enchentes ficaram mais fortes depois da inauguração das usinas Jirau e Santo Antônio, um projeto iniciado durante o governo Lula (PT).

“Com a usina, fracassou o peixe. Não é mais o que era antes. O peixe vai e vem. Quando chega à barragem, como vai passar?”, afirma Souza. “Até as plantas não geram mais. Antes, era melancia, milho, tabaco. Agora, a enchente fica mais alta e mata tudo”

Pesquisa realizada em um dos afluentes do rio Madeira mostra que os peixes têm índices de mercúrio acima do permitido pela OMS (Organização Mundial da Saúde), de acordo com Marcelo Rodrigues dos Anjos, coordenador do Laboratório de Ictiologia e Ordenamento Pesqueiro do Vale do Rio Madeira da Ufam (Universidade Federal do Amazonas).

“A gente acredita que grande parte do pescado da bacia do Madeira esteja contaminado”, afirma Anjos.

A origem da contaminação de mercúrio, no entanto, não se restringe ao garimpo, segundo o pesquisador. Outra fonte importante são as crescentes queimadas na região, associadas ao desmatamento.

“O mercúrio está no solo, é removido, volatilizado e acaba, por meio de chuvas, sendo depositado nos rios”, afirma. Na água, o metal contamina principalmente animais no topo da cadeia.

Para Anjos, o melhor caminho é o da regularização do garimpo. “A ilegalidade promove um impacto muito maior. O que se deveria fazer é regular, por meio de cooperativas de garimpeiros, e criar protocolos que eles possam seguir a fim de minimizar o impacto previsto da atividade”

A reportagem da Folha procurou o Ibama, que seria responsável por um eventual licenciamento ambiental, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 10/09/2020

Seção: Especial

Autor: Maria Fernanda Ribeiro

Título: Mineradoras contaminam água na TI Kayapó

Impactos ambientais no Pará foram atestados pela Funai; empresas Buritirama e Irajá negam responsabilidade

Há seis anos a terra treme e a poeira sobe na Terra Indígena Kayapó. São os explosivos usados por uma mineradora para detonar rochas de manganês, a 2 quilômetros do território indígena, perto de Cumaru do Norte, no estado do Pará.

De suas aldeias, os caiapós veem passar os caminhões lotados com o minério, enquanto sofrem com suas terras e rios contaminados.

“As caças fogem com as explosões. O rio agora é só lama. A gente não come mais peixe nem caça; só o que compra no mercado, porque a água está contaminada e passa doença”, diz a liderança Kubeí Kayapó, 62. “Dá saudade de comer peixe e de tomar banho no rio.”

O relato de um dos líderes mais antigos dos caiapós reflete como a fauna, a flora e o modo de vida da etnia vêm sendo prejudicados pela atividade mineradora.

O empreendimento pertence à Buritirama Mineração (até 2019 era da Mineração Irajá), que possui licença para pesquisar a quantidade de minério existente no local.

O prejuízo socioambiental é apenas um dos problemas dos caiapós com as mineradoras. De acordo com os indígenas e com relatórios da Funai e do Ministério Público Federal, há ao menos outros dois: exploração em área irregular, sem consulta prévia aos caiapós, e criação de uma “especulação minerária” que corrompe indígenas, atrai garimpeiros e traz novos impactos.

Os problemas começaram em 2014, quando o Pará concedeu à Irajá uma autorização para lavra experimental, que permite que a empresa extraia o minério do local para testá-lo e vender uma parte no mercado. A área licenciada está na chamada zona de amortização, faixa que impediria os impactos ambientais de chegarem às comunidades.

Em julho do ano passado, os caiapós entraram na Justiça com uma ação civil pública pedindo indenização por danos materiais, além da suspensão das atividades minerárias, mas o processo foi extinto. Segundo a decisão, o Instituto Kenourukware Kayapó não tem legitimidade para representar toda a etnia.

Três meses depois, os prejuízos ao território foram confirmados pela Funai. Em relatório de outubro último, o órgão constata alterações na água usada pelos indígenas como fonte de subsistência, ruídos causados pelas máquinas e o afugentamento da fauna.

As violações já haviam sido registradas em relatório do Ministério Público Federal um ano antes, após reunião com 18 caciques caiapós. De acordo com a ata, os indígenas haviam procurado a Funai meses antes e “não obtiveram respostas sobre as explosões da mineração”.

Também foi relatado ao MPF pelos indígenas que “a mineradora não consultou a aldeia sobre os danos ambientais, que entrou destruindo a mata e causando explosões, assustando os animais e que os destroços das explosões afetam a vegetação”.

Questionada pela reportagem, a Irajá afirmou que nos cinco anos em que pôde explorar o local, nunca realizou atividades dentro do território indígena. E a Buritirama disse que ainda não iniciou as operações no local “e, por esse motivo, não há transporte de minério feito pela Buritirama na região”.

O relatório da Funai, contudo, não deixa dúvidas: “Ao visitar a área, foi possível ver que a empresa Buritirama Mineração está operando dentro da poligonal deliberada pelo Departamento de Nacional de Produção Mineral, mas também

foi visto atividades minerárias dentro do território indígena, mas não foram encontrados os responsáveis pelo mesmo”.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) não informou de quem são os caminhões carregando o minério que passam em estradas ao lado das aldeias caiapós.

O flagrante de garimpo na terra indígena feito pelos servidores da Funai é detalhado pelos caiapós: alguns indígenas recebem propina, entre R\$ 100 e R\$ 300 por caçamba de manganês, para deixar garimpeiros terceirizados entrarem na terra indígena. O minério seria vendido diretamente à empresa de mineração.

Segundo Eliseu, o pagamento corrompe e gera conflitos na comunidade, pois há discordância sobre a exploração do manganês no território. Ele afirma que os indígenas já flagraram e detiveram funcionários da Irajá dentro da TI.

A Irajá não comenta a suposta detenção. A Buritirama afirmou que “não adquire produtos de outras origens e apenas oferta minério extraído e tratado dentro de seus empreendimentos em operação”.

A autorização da Secretaria de Meio Ambiente concedida à Irajá de 2014 a 2019 permitiu que a empresa operasse numa área de 3.300 hectares retirando o minério e vendendo uma parte para testar sua viabilidade econômica. Entretanto, apesar de a licença autorizar apenas a extração de 12 mil toneladas de manganês, a Irajá relatou já ter retirado 46 mil toneladas.

No ano passado, a empresa solicitou mudança de titularidade da área para Buritirama, em uma transação que teria chegado a dezenas de milhões de reais, segundo fonte ligada ao setor.

A exploração de minério em terra indígena é proibida, mas isso pode mudar caso o Congresso aprove um projeto de lei elaborado pelo Executivo, hoje parado no Legislativo.

Além disso, o veto nem sempre é respeitado. A TI Kayapó, que abriga cerca de 7.000 pessoas divididas em 19 comunidades, enfrenta o garimpo ilegal há duas décadas.

As consequências são visíveis no ar empoeirado. Somente no ano passado, 1.700 hectares foram desmatados em decorrência de garimpo ilegal, mostra monitoramento da Rede Xingu+.

A comunidade diz não ter sido consultada sobre as atividades de mineração e seus impactos — algo que, segundo o advogado do Instituto Socioambiental

(ISA), Johnatan Razen, é um direito e está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Nunca ninguém, de nenhuma das empresas, veio conversar com a gente. Já tentamos abrir diálogo, mas não há nenhuma relação deles com a gente”, afirma Eliseu Kayapó.

“A gente tem pouco conhecimento sobre os produtos que eles usam, mas sentimos o cheiro da bomba quando explode e vemos a poeira que levanta”, completa Davi Kayapó, liderança indígena, apontando que a exploração se dá nos limites do território.

A consulta pública deveria ter sido feita pela Funai, a pedido da Secretaria de Meio Ambiente, ou, como é comum segundo Razen, solicitada pela empresa mineradora. Tanto a Irajá como a Buritirama declararam que o processo é dever da secretaria, que, por sua vez, afirma que “cabe à empresa apresentar um estudo de impacto à Funai”.

A secretaria diz ter comunicado a mineradora e a Funai da proximidade entre o empreendimento e a terra indígena e relata tratar da questão com os responsáveis pelo empreendimento. A Funai não respondeu aos questionamentos da reportagem.

No primeiro semestre deste ano, o estado exportou 660 mil toneladas de manganês, ou US\$ 88 milhões (R\$ 470 milhões). O governo Helder Barbalho (MDB) fez da mineração uma de suas prioridades, com promessas de desburocratizar licenciamentos.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA
(1866 - 1927)

Quinta-feira 10 DE SETEMBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46349

estadão.com.br

Governo notifica empresas sobre reajustes de alimentos

Questionamento ocorre após Bolsonaro pedir lucro 'próximo de zero' a supermercados; setor fala em alta do consumo



Compras limitadas. Em SP, supermercado estabelece limite aos consumidores para compra de arroz; alta do produto no ano é de 19,25%

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), ligada ao Ministério da Justiça, questionou empresas e cooperativas ligadas à produção, distribuição e venda de alimentos da cesta básica sobre o alta nos preços. A notificação ocorreu após o presidente Jair Bolsonaro pedir lucro "próximo de zero" aos donos de supermercados. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) e as associações de produtores terão cinco dias para explicar a alta nos

66 Vamos promover o consumo de massa, macarrão, que é o substituto do arroz"
JOÃO SANZOVINO NETO
PRES. DA ASSOC. BRAS. DE SUPERMERCADOS

preços praticados. A Senacon alegou "sensível aumento de preços de itens da cesta básica, em especial do arroz", apesar dos "positivos volumes da últi-

Celso Ming
A inflação de agosto medida pelo IPCA foi de apenas 0,24% e, no entanto, a sensação de alta de preços provocou inesperada tensão política. **PÁG. B2**

ma safra brasileira". Se for constatado abuso, uma eventual multa pode ultrapassar R\$ 10 milhões. Na terça-feira, ao falar sobre o preço do arroz, Bolso-

naro disse que o governo daria "uma resposta a esses preços que dispararam nos supermercados". O presidente da Abras, João Sanzovino Neto, disse que o setor não é "vilão" da inflação da cesta básica e que o problema está ligado ao excesso de demanda e à falta de oferta. Conforme antecipou o *Estadão*, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu zerar a tarifa de importação do arroz. **ECONOMIA / PÁGS. B7 e B8**

Judiciário, MP e estatais lideram gastos com pessoal

Entre as folhas de salários do setor público federal que mais cresceram entre 2010 e 2019 estão as do Judiciário, do Ministério Público da União, dos militares e dos empregados de empresas estatais. Já o aumento nas despesas com funcionários no Executivo civil e no Legislativo ficou abaixo da inflação no período. A economista Ana Carla Abrão aponta o Judiciário como "a grande torneira aberta", em razão de adicionais não transparentes. **ECONOMIA / PÁG. B1**

Gastos com pessoal ativo e inativo

VARIAÇÃO NOMINAL ENTRE 2010-2019	
Empresas públicas e sociedades de economia mista	265,5%
Ministério Público	114,6%
Militares	95,0%
Judiciário	94,2%
Executivo Civil	75,4%
Legislativo	66,9%
Inflação (IPCA)	76,3%

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Filho de presidente do STJ e advogado de Lula viram réus

A Justiça aceitou denúncia contra 26 pessoas por suposto envolvimento em esquema que teria desviado, entre 2012 e 2018, R\$ 151 milhões de recursos do Sistema S. Entre os réus estão os advogados Eduardo Martins, filho do presidente do STJ, Humberto Martins, e Cristiano Zanin e Roberto Teixeira, que representam o ex-presidente Lula. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A5**

Wassef também é alvo da PF
O advogado Frederick Wassef foi alvo de busca e apreensão em ação da PF. **PÁG. A4**

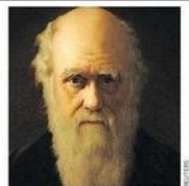
Bolsonaro pode vetar parte de perdão a igrejas

O presidente Jair Bolsonaro indicou a parlamentares da bancada evangélica que deve vetar um dos dispositivos - aprovado pelo Congresso - que anistiam as igrejas do pagamento de dívidas com a Receita. Os débitos somam quase R\$ 1 bilhão. O motivo seriam as resistên-

cias da equipe econômica ao perdão tributário e o risco de cometer crime de responsabilidade. Mas ainda há pressão pela anulação de multas e outras cobranças aplicadas por irregularidades na remuneração de líderes religiosos. **ECONOMIA / PÁG. B5**

Teoria da Evolução REVISIONISMO CHEGA A MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL LONDRO

Museu revisará coleções após auditoria sustentar que exposições de Charles Darwin (foto), incluindo sua viagem à América, podem ser vistas como colonialistas e ofensivas. **METRÓPOLE / PÁG. A18**



Flamengo foi alertado sobre risco no Ninho do Urubu

Mensagens internas mostram que o Flamengo sabia de problemas nas instalações elétricas no Ninho do Urubu nove meses antes do incêndio que causou a morte de dez garotos, em fevereiro de 2019. Nos e-mails há termos como "grande risco" e "atendimentos emergenciais". Clube não se manifestou. **ESPORTES / PÁG. A17**

William Waack

Perdão a igrejas é característica de nossa sociedade, acostumada a acomodar interesses pendurando a conta nos cofres públicos. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Fernando Reinach

Na interrupção dos testes da vacina de Oxford, é reconfortante saber que cientistas cuidam para que eles sejam feitos com rigor. **METRÓPOLE / PÁG. A14**

A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	128.653
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	1.136
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	679
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	4.199.332
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	34.208
TOTAL DE RECUPERADOS*	3.453.336

*NÚMERO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

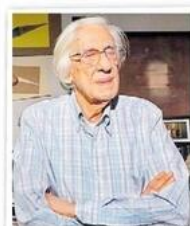
Tempo em SP 17° Min. 23° Máx.



NA QUARENTENA

FERREIRA GULLAR INÉDITO

Poeta, que faria 90 anos, é homenageado com lives, livros e a publicação de um poema inédito. **PÁG. H1**



VANESSA KIRBY, A MUSA DE VENEZA

Depois de brilhar em *The Crown*, atriz inglesa é sensação do festival com *The World to Come* e *Pieces of a Woman*. **PÁG. H6**



NOTAS & INFORMAÇÕES

Alternância do poder no Congresso

Que a Constituição seja protegida e respeitada, proibindo o casuismo da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado. A alternância do poder é necessária. **PÁG. A3**

O sequestro do Brasil

O País continua refém da disputa retórica entre o ruim e o pior, isto é, entre o petismo e o bolsonarismo. **PÁG. A2**

É HOJE!
falar inspira
o movimento
10 de setembro, às 9h

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.398

QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2020

R\$ 5,00

Ação da PF mira advogado de Lula e ex de Bolsonaro

Uma operação da PF fez busca e apreensão em endereços de Cristiano Zanin, advogado do ex-presidente Lula, e de Frederick Wassef, ex-defensor de Jair Bolsonaro. A ação foi autorizada por Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio, por suspeita de desvio de recursos do Sistema S. Ambos negam irregularidades. Poder A4 e A6

Filho do presidente do STJ é alvo de operação

A Lava Jato acusa Eduardo Martins, filho do recém-empossado presidente do STJ, Humberto Martins, de receber R\$ 8 milhões para influenciar a corte. O advogado não comentou. A6

Lívia Guimarães

Woodward poderia ter feito história. Bob Woodward, cuja série de reportagens sobre Watergate com Carl Bernstein derrubou Nixon, ouviu de Trump em fevereiro que o coronavírus seria bem mais letal que a gripe. Por que o jornalista decidiu ocultar por sete meses o que sabia? Mundo A14

Lúcia Guimarães

Woodward poderia ter feito história. Bob Woodward, cuja série de reportagens sobre Watergate com Carl Bernstein derrubou Nixon, ouviu de Trump em fevereiro que o coronavírus seria bem mais letal que a gripe. Por que o jornalista decidiu ocultar por sete meses o que sabia? Mundo A14

Ilustrada B10

Diários inéditos de Ferreira Gullar, que faria 90, desvendam juventude do poeta

Esporte B8

Corinthians e Palmeiras tentam se achar um mês após final do Paulista

Turismo B15

Tendência, turismo de isolamento ganha adeptos e opções de hospedagem

EDITORIAIS A2

Discrição é força. A respeito do STF sob a presidência de Dias Toffoli.

Cloroquina encolada. Sobre os estoques da droga promovida por Bolsonaro.



Brittany Hesse-Small/APP

INCÊNDIOS SEM PRECEDENTES DEIXAM CÉU DA CALIFÓRNIA LARANJA

Paisagem de San Francisco tomada por fumaça alaranjada ontem; queimadas no estado americano já levaram ao fechamento de 18 florestas nacionais. Mundo A17

Governo contraria liberais e vai investigar a alta do arroz

Guedes e Tereza Cristina defendiam choques de mercado, como tarifa zero para importação do produto

O Ministério da Justiça noticiou ontem supermercados e produtores a explicar o aumento do preço de alimentos da cesta básica. A decisão surpreendeu Paulo Guedes (Economia) e Tereza Cristina (Agricultura), que tinham outra estratégia.

A principal medida era a suspensão do Imposto de Importação sobre o arroz, aprovado também ontem pela Camex (Câmara de Comércio Exterior). Ao facilitar a compra, a Agricultura considera que haverá mais oferta e, assim, o preço cairá.

Guedes deu aval para a mudança. No entanto, enquanto estava reunido com o presidente Jair Bolsonaro e João Sanzovo Neto, da associação de supermercados, a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, anunciou a fiscalização.

Ex-integrantes da equipe econômica, que pediram anonimato, viram no anúncio da Senacon viés estatal. Classificaram a ação como um primeiro passo rumo ao tabelamento praticado no governo de José Sarney, nos anos 1980, de hiperinflação.

Segundo Sanzovo Neto, a alta nos preços reflete problemas de produção e câmbio. "Nós vamos promover o consumo de massa, que é o macarrão, que é um substituto do arroz. E vamos orientar o consumidor a não fazer estoque." Mercado A19 e A20

Pandemia no Brasil

Brasil	Casos	Óbitos
Total	4,2 mil	128,7 mil
Ontem*	28,3 mil	679
Varição**	-24,3%	-27,6%

Estágio Estável

Estágios da pandemia

- Acelerado
- Estável
- Desacelerado
- Reduzido



Estados com mais óbitos	Total
1º SP	31,8 mil
2º RJ	16,8 mil
3º CE	8,6 mil

Situação nos municípios

- Acelerado
- Goiânia (GO)
- Jaboatão dos Guararapes (PE)
- Porto Alegre (RS)
- Campos dos Goytacazes (RJ)

Estável

- Rio de Janeiro (RJ)
- Brasília (DF)
- Belém (PA)
- Guarulhos (SP)

Dados das 20h de 9 set.
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias

AUDIÊNCIA/MÊS	
PÁGINAS VISTAS	189.213.054
VISITANTES ÚNICOS	35.510.663



Balsas de garimpo ilegal no rio Madeira, em Humaitá, a 700 km de Manaus. Foto de Almeida/Folhapress

Garimpo ilegal opera no AM à vista do Exército

Na orla de Humaitá, dezenas de balsas de garimpo de ouro operam ilegalmente no rio Madeira perto de batalhão inserido na Operação Verde Brasil 2, iniciativa do governo Jair Bolsonaro de combate a crimes ambientais na Amazônia. Ambiente B1

Rússia questiona rivais e escancara disputa por vacina

A suspensão dos testes da vacina de Oxford escancarou a geopolítica da Covid-19. A Rússia defendeu ontem a segurança de seu imunizante, a Sputnik V, ante seus concorrentes. Moscou também anunciou acordo de venda de doses ao México. Saúde B3

Vírus ameaça baixa de mortalidade infantil, diz OMS

A mortalidade infantil no mundo caiu à metade em 30 anos, mas a falta de atendimento médico provocada pela pandemia pode reverter o progresso, declarou a OMS. Os óbitos de crianças com menos de 5 anos atingiram mínima histórica em 2019. Saúde B5

ANÁLISE

Rubens Glezer

Momento histórico é fardo para Fux

Há poucas funções de alto escalão que foram tão submetidas quanto a presidência do Supremo Tribunal Federal. O momento histórico coloca um fardo pesado sobre os ombros de Luiz Fux, que assume a responsabilidade. Poder A7

Pandemia e fila da creche desafiam próximo prefeito

O próximo prefeito tem prazo até 2024 para que 75% das crianças de 0 a 3 anos tenham vaga em creche. Alcançar a meta pode ficar mais difícil com a migração de alunos da rede privada em razão da pandemia, mostra a série "Os nós de São Paulo". Poder A12

Volume de represas da Grande SP cai 21% em um ano

O volume de água nas mananciais que abastecem a Grande São Paulo teve queda de 21,2% em um ano, de acordo com a Sabesp. A redução é causada pelo aumento no consumo, em especial na quarentena, e pela falta de chuvas, dizem especialistas. Cotidiano B6



**Análise na palma da mão**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e baixe o app do GLOBO. Tenha acesso a todos os conteúdos, em tempo real, em um só lugar.

**Mônica Salmaso:**

Vídeos da cantora inspiram bordadeiras **SEGUNDO CADEIRÃO**

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2020 ANO XCIV - Nº 31.811 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

© 2020 BY NOTAS DA BOLA. 10/9



Um ar de fim do mundo na Califórnia

O céu de cidades como São Francisco ficou laranja-escuro, formando cenário apocalíptico, devido à fumaça vinda dos incêndios florestais. **PÁGINA 26**

ALTA DOS ALIMENTOS

Governo notifica supermercados e zera imposto de importação

Após negar intervenção, Planalto manda intimar varejistas e produtores

Após afirmar que não interviria para conter a alta dos produtos da cesta básica, o governo zerou o imposto de importação do arroz, e a Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Jus-

tica, intimou supermercados e produtores a explicarem a subida dos preços, sob pena de multas. A Associação Brasileira de Supermercados diz que o setor não é o vilão da carestia. **PÁGINA 19**

ANALÍTICO RENATO ANDRADE
De volta aos anos 80 dos fiscais do Sarney; só faltam ombreiras **PÁGINA 19**

EDITORIAL
POPULISMO NÃO REDUZ PRESSÃO INFLACIONÁRIA **PÁGINA 2**

MERVAL PEREIRA
A ignorância que une Bolsonaro a Trump na pandemia **PÁGINA 2**

GUGA CHACRA
A mentira mais grave das 20 mil que o presidente dos EUA contou **PÁGINA 26**

MIRIAM LEITÃO
Nada é mais obsoleto que tentativa de controle de preços **PÁGINA 30**

Pausa não invalida vacina de Oxford, mas a atrasa

Vista como garantia de segurança pela comunidade científica, a pausa nos testes da vacina da AstraZeneca com a Universidade de Oxford, em razão de "reação severa" de voluntários, terá como mai-

or impacto o atraso na produção de imunizantes contra a Covid-19, informa ANA LUCIA AZEVEDO. Para a OMS, é improvável que haja vacina eficiente e segura para uso amplo antes de 2022. **PÁGINA 12**

CONTAGIADOS
4.199.332

MORTOS
128.653

FORTE CONJUNTO DE VÍDEOS DE INFÂNCIA



PGR estende Lava-Jato só até janeiro

A Procuradoria-Geral da República prorrogou a força-tarefa de Curitiba até 31 de janeiro de 2021, oito meses a menos que a extensão feita antes. Em outro movimento que aumentaria a pressão sobre a operação, o ministro Dias Toffi, do STF, pode ir para a Segunda Turma, o que formaria maioria mais hostil à Lava-Jato. **PÁGINA 4**

Transporte público superlotado e de risco

Metrol, trens, barcas e ônibus voltaram a circular lotados, inviabilizando as "regras de ouro" para evitar o contágio pela Covid-19. A prefeitura diz que fiscaliza, e as empresas, que se previnem. **PÁGINA 14**

Ajuste fiscal: Rio tem que cortar incentivos e cargos em comissão

Após prorrogação de 180 dias do Regime de Recuperação, estado é cobrado por metas não cumpridas e informações da Cedae. **PÁGINA 15**

CAMPEONATO BRASILEIRO

Flamengo bate Fluminense e já é 2º



Com amplo domínio, o rubro-negro venceu o tricolor por 2 a 1 e atingiu a mesma pontuação do líder Inter, que tem maior saldo de gols. Botafogo e Athletico empataram. **PÁGINAS 29 e 30**

Abriu o placar.
Filipe Luis comemora seu gol

Advogados se tornam réus por desvios no Sistema S

Desdobramento da Lava-Jato tornou réus advogados, entre os quais defensores de Lula e Witzel, acusados de integrar esquema que supostamente desviou R\$ 151 milhões do Sistema S. Alvos dizem que prestaram serviços a entidades. **PÁGINA 5**

Trump escondeu de propósito gravidade da Covid, revela livro

Enquanto minimizava doença em público, no particular o presidente a chamava de "mortal", diz livro de Bob Woodward. **PÁGINA 25**

DESABRIGADOS **ipos.com.br**
Fogo destrói maior campo de refugiados da Grécia **PÁGINA 27**

TRAGÉDIA NO CT
E-mails mostram que diretoria do Fla sabia dos problemas no Ninho **PÁGINA 30**

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1908; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASILIA, 1940; ASSIS CHAT EAU BRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASILIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2020

NÚMERO 20.928 • 40 PÁGINAS • R\$ 2,50



Reforma administrativa, um debate necessário



O Congresso Nacional prepara-se para discutir mudanças profundas no serviço público do país. A PEC 82/2020, enviada pelo governo federal aos parlamentares, reestrutura grande parte do Executivo, muda carreiras, salários e limita a estabilidade no emprego. O *Correio Talks* reuniu deputados, sindicalistas e especialistas para avaliar o tema, que provoca discussões acaloradas e tem pouco consenso. Mas há o sentimento geral de que a proposta está longe do ideal para o Estado brasileiro.



CORREIO TALKS



PÁGINA 8

Baixar preço de alimentos vira desafio para governo

O Planalto decidiu que não ficará apenas no apelo ao "patriotismo" de empresários para conter a carestia. E já tomou, pelo menos, duas medidas práticas para tentar impedir que o alto custo dos alimentos provoque estragos na popularidade de Bolsonaro. Uma das iniciativas foi zerar a taxa para a importação de arroz — o grande vilão da disparada de preços —, como forma de baratear o produto para o consumidor. Em outra ação, o Ministério da Justiça deu cinco dias para que 65 entidades e empresas deem explicações sobre o aumento no custo da cesta básica. O objetivo é avaliar se houve reajuste abusivo na pandemia e, caso positivo, aplicar multa de até R\$ 10 milhões em quem tiver extrapolado. Principal item na mesa do consumidor, o arroz teve o preço elevado em 19,25% neste ano, enquanto a inflação oficial de janeiro a agosto ficou em 0,70%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PÁGINA 7

Vacina da covid: pausa em testes é sinal de rigor

Decisão de suspender os ensaios clínicos com fórmula desenvolvida pela Universidade de Oxford indica que o projeto segue padrões de segurança, avaliam especialistas e a Organização Mundial da Saúde. PÁGINA 14



Segue a escalada rubro-negra

Fla passa fácil pelo Flu, é o primeiro a vencer quatro partidas consecutivas neste Brasileirão e dorme na vice-liderança. PÁGINA 16

Luan Santana em família

Um dos artistas mais populares do país lança projeto com gravações caseiras, em que relembra, sobretudo, músicas que marcaram a própria infância. PÁGINA 24



Sérgio Almeida/Correio Braziliense



Advogados na mira da PF

A Lava-Jato, que está sob ataque e só deve durar até janeiro, investiga suposto esquema que envolveria tráfico de influência no STF e no TCU e teria desviado R\$ 151 milhões do Sistema S. Houve busca e apreensão em endereços em Brasília (foto) e no Rio. A Justiça aceitou denúncia e tornou Cristiano Zanin, advogado de Lula; e Frederick Wassef, ex-defensor da família Bolsonaro, PÁGINA 4

Licitações de merenda sob suspeita no DF

O Ministério Público e a Polícia Civil fizeram buscas e apreensões em 26 locais citados nas operações Self-Service e FAMES — essa em sua segunda fase. A investigação mira, principalmente, contratos de compra de alimentos para escolas públicas, entre 2017 e 2019. Endereços ligados a ex-secretários de Educação foram alguns dos alvos. PÁGINA 17



Menos holofotes sob a batuta de Fux

Pautas polêmicas, Lava-Jato, eleições... Os desafios do presidente que assume hoje o STF são muitos pelos próximos dois anos. Um estilo mais institucional e menos político deve marcar a gestão. PÁGINA 2

CB.Poder

Mais foco no turismo

Ao CB.Poder, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, afirma que o setor perdeu R\$ 193 bilhões na pandemia e terá recuperação lenta. PÁGINA 9

• Diretora de Atenção à Saúde da Universidade de Brasília, a psicóloga Larissa Potejack é a entrevistada do CB.Saúde de hoje, às 13h20.

VerCapas.com.br



9 771808 266059

CLASSE: 3342.1000 - ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 - assinante.df@daabr.com.br - GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .